

MANUEL DE OLIVEIRA PAIVA:

O ACASO E A GLÓRIA

Cláudio Aguiar

No título desta comunicação sobre o romancista Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892), falo, de saída, em glória. No entanto, essa ideia de celebridade vem antecedida de outra: o acaso. Por isso, seria válido admitir-se que, se não fosse o extraordinário lance de sorte, dificilmente estaríamos, hoje, aqui, falando deste grande brasileiro nascido no Ceará. Que acaso foi esse? Será que muitos outros autores sepultados no silêncio de suas últimas moradas esperam a mesma sorte? Mais adiante revelaremos o que se deu com Oliveira Paiva.

A glória, por outro lado, foi definida por sábios, filósofos e escritores ora como sonho de uma sombra, ora como um instante de felicidade, ora como uma caminhada por uma estrada onde não abundam flores, ora como um círculo feito na água que nunca termina de alargar-se, até que, à força de dilatar-se, se perde totalmente no nada, como escreveu Shakespeare. A glória chegou a ser entendida como pecado divino, porque a grandeza é qualidade ou atributo de Deus. E, por falar em Deus, lembremos Santo



Agostino que viu a glória como vaidade humana, portanto, algo não comestível, mas apenas fluida e vazia como o vento. Essa ideia de utilitarismo foi também referida por Balzac, que a associou a outras curiosas imagens para, no final, arrematar que a glória, por ser um veneno, deve ser tomada em pequenas doses. A esse elenco de ideias, imagino, não poderia faltar a de Boécio, que dizia ser a glória humana apenas um grande rumor de vento a passar pelos nossos ouvidos.

A glória de Manuel de Oliveira Paiva, porém, é daquelas que chegam depois da morte e, portanto, livrando o mortal de tomar conhecimento dela. É reconhecimento construído pelos pósteros, fruto de obra erigida ao longo de uma trajetória, na qual não viçaram tantas flores, porém cardos e espinhos plantados pelo misterioso destino.

Autor de apenas dois romances, 12 contos, algumas poesias e folhetos em defesa da abolição da escravidão e da proclamação da república, Manuel de Oliveira Paiva nasceu a 2 de julho de 1861, em Fortaleza, e morreu na mesma cidade, em 12 de setembro de 1892. Este ano, portanto, comemoramos 150 anos de seu nascimento.

Era filho do mestre João Francisco de Oliveira, português, dos Açores, e de Dona Maria Isabel de Castro Paiva, integrante de tradicional família cearense. Órfão de pai aos 14 anos, vivendo no Crato, o jovem Manuel foi matriculado no Seminário Episcopal, onde permaneceu pouco tempo devido a problemas de natureza disciplinar. Por interferência de um tio materno, foi matriculado na Escola Militar do Rio de Janeiro, aonde chegou por volta de setembro de 1877.

Novamente o jovem cadete Manuel encontrou sérios obstáculos na nova escola, desta feita, provocados pelo seu débil estado de saúde. Em 1883, diante do agravamento da saúde, abandona a Escola Militar e retorna a Fortaleza.

Por essa época, começa a participar das atividades cívico-literárias e filia-se à Libertadora Estudantal e logo à Sociedade Cearense Libertadora, um dos principais braços responsáveis pelo processo de libertação dos escravos no Ceará. Ao mesmo tempo, escreve versos e textos em prosa para a revista *A Cruzada*. Nesta fase inicia a publicação, em folhetins, um drama intitulado *Tal filha, tal esposa*. Faz grandes

amizades com seus colegas de geração, destacando-se, entre outros, o nome de Antonio Salles.

Em seguida, passa a colaborar assiduamente no jornal O Libertador, escrevendo não apenas textos de cunho jornalístico, mas também literários, a exemplo de obras mais expressivas, como o primeiro romance *A Afilhada*. Essas matérias, a depender das circunstâncias, ora apareciam assinadas com seu nome verdadeiro – Oliveira Paiva –, ora com os pseudônimos Gil ou Gil Bert.

Suas atividades se diversificam de tal sorte que, quando surge o Clube Literário, fundado, em 1886, por João Lopes, as convocatórias e os avisos da entidade são assinados por Oliveira Paiva, então, ocupando o cargo de primeiro secretário. O Clube Literário, segundo assinalou o historiador da literatura cearense, Sânzio de Azevedo, foi responsável pelo aparecimento de alguns dos maiores nomes da literatura do Ceará. A importância do Clube também se confirma pela criação da revista A Quinzena, voltada exclusivamente para a literatura. Nela Oliveira Paiva colabora intensamente, ora escrevendo crítica, ora textos doutrinários, ora crônicas. O mais importante dessa fase foi a publicação da série de contos, alguns considerados antológicos, tamanho o virtuosismo do ficcionista que, mais tarde, seria confirmado como o autor da obra-prima da literatura brasileira: *Dona Guidinha do Poço*.

A obra de Manuel de Oliveira Paiva é daquelas que se prestam ao bom remate, a uma frase de efeito ou mesmo a uma imagem de oposição: pequena na quantidade, mas grandiosa na qualidade.



Já afirmamos, antes, que sua obra se resume apenas em 2 romances, 12 contos, algumas poesias, crônicas, folhetos panfletários ligados às causas da abolição da escravidão e proclamação da república, além de outros textos jornalísticos.

Vou me deter com maior interesse nos dois romances: *A Afilhada* e *Dona Guidinha do Poço*.

A Afilhada, o primeiro romance, concluído em 1889, quando já se agravara a saúde do romancista, começou a aparecer em folhetins do jornal O Libertador, entre 6 de fevereiro a 29 de abril de 1889, portanto, no

decorrer de exíguo espaço de 83 dias.

Este romance, porém, ficou inédito em livro até 1961, quando publicado pela editora Anambi. Ocorre que, por falta de rigorosa revisão do texto dos folhetins à vista dos originais do autor (até hoje desaparecidos) e as inúmeras gralhas tipográficas identificadas pelo dedicado estudioso de Oliveira Paiva, Rolando Morel Pinto, professor da Universidade de São Paulo (USP), organizador de sua obra completa, a edição mais próxima da vontade do autor ainda é a dos folhetins.

A Afilhada conta a história de Antonia, a heroína, de origem humilde, ainda muito jovem exposta a toda sorte de riscos em função de sua classe social, situação ampliada pelo seu temperamento de mulher excessivamente sensual.

A crítica, sobretudo a de Lúcia Miguel Pereira, viu neste primeiro romance de Oliveira Paiva a presença de enfoques naturalistas e realização estilística situados em nível inferior ao segundo e último romance: *Dona Guidinha do Poço*.

Se, por um lado, *A Afilhada* não logrou a mesma altura estilística de *Dona Guidinha do Poço*, por outro, levou a vantagem de fixar com rigor o tempo e o espaço, notados na configuração do cenário onde se desenrola a história: a cidade de Fortaleza do final do século XIX. Nesse sentido, Manuel de Oliveira talvez seja o primeiro romancista a trazer para o âmbito da literatura a “geografia estética” da capital cearense.

A leitura do romance termina por dar ao leitor a oportunidade de perceber a pintura e os ritmos humanos que dão vida à urbe sobre os mais variados ângulos. Essa característica do romance de Oliveira Paiva levou o crítico Braga Montenegro a afirmar que “*A Afilhada* é um romance de costumes, um romance de classe-média urbana, no qual se focaliza um quadro da sociedade cearense no declínio do Império, imediatamente anterior à emancipação dos escravos, época coincidente com a adolescência e a juventude do romancista.”

Já o romance *Dona Guidinha do Poço* é um livro de temática sertaneja, ambientado em pleno interior, a cidade de Quixeramobim.

O assunto do livro são os amores clandestinos vividos por Dona Guidinha e Secundino, o sobrinho do marido, e, naturalmente, as dramáticas e violentas consequências: assassinato do marido.

Essa história passional ocorreu de fato naquela cidade cearense. Quando Manuel de Oliveira Paiva, agastado com as mazelas da tuberculose que corroíam sua saúde, buscou novos ares, em Quixeramobim. Ali chegando, talvez para preencher o tempo de espera pela cura, trabalhou duro na estrutura e definição do romance, valendo-se de processo criminal relativo ao fato real ocorrido em 1853 e de amplo conhecimento na cidade. A utilização do fato real com a versão idealizada por Oliveira Paiva não se deu em forma de mera transcrição ou transposição das peripécias. O romancista aproveitou apenas os elementos estruturadores da trama, mas na essência realizou desdobramentos e variantes diferenciados para muitas cenas. Assim, a senhora Margarida Reginaldo de Oliveira Barros, a protagonista da história verdadeira, não deve ter sido, na vida real, necessariamente, parecida ou assemelhada nos aspectos mais íntimos e profundos de sua compleição psicológica com a personagem criada por Oliveira Paiva, a Dona Guidinha do Poço.



Aliás, a recorrência ao documento jornalístico, à notícia de jornal, pode, em certo sentido, assemelhar-se, ao fato histórico que também serve de mote ou tema para a realização romanesca. Em ambos os casos a ficção depende muito do esforço de imaginar situações singulares ou originais. No entanto, essa lógica não pode ser tomada assim ao pé da letra. Isso porque a palavra literatura, diante da realidade, assume inúmeros sentidos e alcances que precisam ser tocados e medidos, ainda que de modo rápido, para melhor entendermos uma dada obra. Assim como a literatura depende dos elementos criativos que a justifique, sobretudo, quando o tema ou o ponto de partida oferece como motivo um fato de natureza histórica, da mesma forma recorre-se ao ficcional para se estabelecer simulacros. Essa ideia aqui sugerida não se refere ao confronto com o dado documental ou histórico, mas simplesmente a um desejo que preside a ação criativa do romancista de narrar os acontecimentos não como eles realmente ocorreram, mas como deveriam ter sido.

Tem-se dito e repetido que todo romancista é um “mentiroso”. Quanto mais poderoso for o encanto da atmosfera criada (e eu não disse “mentiroso” no sentido de “mentira nua e crua”, mas no de “atmosfera ficcional”), tanto mais convincente se tornará a história. E, por via de consequência, estará criado o interesse por parte do leitor.

Isso foi o que aconteceu ao longo de toda a trajetória humana. Os efeitos provocados pela *mimese* (entendida como substituição ou imitação da realidade) e a *ficção* (como recurso mimético traduzido em texto literário), constituem os pilares fundamentais da literatura. É verdade que eles, na prática, não correspondem à realidade em si. No

fundo, podem até ser extraordinárias ou maravilhosas. No entanto, se tornam apreciadas e admiradas pelos leitores porque elas "imitam" o que poderia ter sido, conforme disse Aristóteles.

Ao exercitar esse poder, o romancista toma para si o direito de construir e erigir um "mundo possível", selecionando sequências de fatos ou acontecimentos marcados por uma convincente funcionalidade. Essa funcionalidade, amparada pela coerência, dá ao leitor aquele sentido de oposição entre o verdadeiro e o ficcional. Estamos, assim, diante de um universo ficcional em que se instaura uma verdade, inclusive, se for o caso, diferente da "verdade histórica", sobretudo quando se trata de um tema ou motivo histórico, como é o nosso caso. O escritor, por mais imaginativo ou fantasioso que seja, está como que autorizado pelo leitor a agir como se fosse autêntico guia dos fatos e acontecimentos. O leitor se deixa guiar e se convence de que a história real virou, de fato, uma *estória*.

A utilização do processo criminal pelo romancista Manuel de Oliveira Paiva foi, no entanto, um fato real. Ele teve em mãos os autos do processo, de acordo com minuciosa pesquisa documental levada a cabo por Ismael Pordeus.

Esse tipo de aproveitamento de assunto da realidade é comum na história da literatura. Entre nós, Aluisio Azevedo recorreu ao mesmo expediente para escrever o romance *Casa de pensão*.

O caso mais emblemático talvez seja o de Gustave Flaubert, que escreveu *Madame Bovary*, romance também centrado nos costumes de província, a partir de um fato real noticiado pela imprensa de seu tempo. Quando o livro apareceu, Flaubert foi processado e acusado por ultraje à moral religiosa e aos bons costumes.

Esse ponto de partida – o fato real –, porém, como se deu com Oliveira Paiva, não retirou o caráter de originalidade conferido pelo talento do romancista. Mesmo diante do fato real que o levou a pensar ou a imaginar a história, Flaubert reagiu de maneira curiosa quando disse: "Madame Bovary nada tem de verdadeiro. É uma história totalmente inventada. Todos os personagens desse livro são completamente imaginários e Yonville L'Abbaye é um lugar que não existe".

Ele mentia e sabia disso, porque, para ser autêntico inventor de ficções, de realidades imaginadas, para reconstruir um novo mundo, em ruínas ou reedificado sob o impacto de forças capazes de proporcionar a fruição do leitor, há que inventar e imaginar de tal sorte que pareçam verossímeis todas as afirmações feitas. Verossímeis no sentido em que defendeu Aristóteles em suas lições da *Poética*. Convém não perder de vista que uma das principais funções da literatura é revelar as mais diferentes facetas da alma humana, convertendo-as em pensamentos ou ideias. São esses frutos nascidos do gênio do escritor que, na maioria das vezes, induz o leitor a descobrir, durante a leitura e para o resto de sua experiência de vida, uma ou mais das seguintes sensações: deleite, sabedoria, piedade ou utilidade. O ideal seria que o texto literário guardasse o poder de sensibilizar o leitor com todas essas qualidades, de uma vez, mas, nem sempre isso acontece.

Daí, Gustave Flaubert, diante dos juizes acusadores, ter afirmado com fino sentido de cinismo e ironia: "Madame Bovary sou eu".

Em *Dona Guidinha do Poço*, o arguto leitor notará, de saída, a presença de pontos consistentes, quando o romancista privilegia motivações psicológicas, sem, contudo, deixar de lado as coordenadas de uma tessitura apoiada em rigoroso poder de imaginação e acurado estilo, tudo preso por tenazes nós, comportando-se como arguto crítico daquela realidade vivida por seus personagens.

Interessante observar que um dos aspectos relevantes nas análises realizadas pelo romancista cearense se refere ao confronto das realidades culturais vividas nas

idades litorâneas e as das vilas ou povoados encravados no interior, em pleno sertão. Sugestão apontada em várias ocasiões, quando, por exemplo, utiliza o jovem Secundino para revelar hábitos ou comportamentos, costumes arraigados e diferenciados entre aquela gente simples. Destaque, ainda, para os sabores e odores da cozinha sertaneja, chegando a ponto de descrever em minúcias os ingredientes de certos pratos, quitutes, doces e salgados, e frutas exóticas. Entre tantas passagens, vejamos estas:

“No jovem civilizado vinha à tona, com aquela toada rústica a nostalgia do bárbaro e do selvagem. O homem primitivo lhe emergia de dentro, lá se ia o cérebro ruminando fantasias imensas como o tempo, em mundo de deleite, nu torpor de sonho.” (p. 34)

E nesta:

“Com o tempo fechado, a vida do interior tornava-se mais íntima e animada. Ficavam mais tempo à mesa, achando prazer na convivência, e tinham mais vontade de comer. Lá fora, ou o ruído da água e do vento, ou a claridade pondo um encanto no relevo da paisagem vicejante e lavada.”

Ou nesta:

“Era o dia de Secundino, e enfim ele se resignava. Ao almoço, paçoca. O dono da casa à cabeceira, de frente para a janela aberta sobre o sertão. A paçoca estava demasiado gorda.” (p. 43)

Mais adiante:

“Veio a fritada. Depois, linguíça de vaca, jerimum com leite, coalhada escorrida e requeijão”

Esses elementos, de claro contraste, conformam-se bem à estrutura do romance, porque, de fato, há, em todo corpo do livro, “engenhosidade do enredo e da arte de expressão”, para repetirmos aqui os precisos termos utilizados pelo crítico Rolando Morel Pinto. Prometi, minutos antes, falar sobre as curiosas peripécias vividas pelos originais do romance *Dona Guidinha do Poço*.

Recordo ter tomado conhecimento dessas insólitas peripécias há décadas, quando, pela primeira vez, li este romance e lamentei que o autor, Manuel de Oliveira Paiva, tivesse morrido tão cedo, com pouco mais de 30 anos. Pensei: quantas obras não poderia ter escrito este grande e infeliz cearense.

Só, então, tomei conhecimento da trajetória do livro logo após a morte do autor. A viúva de Oliveira Paiva entregou os originais ao escritor Antonio Salles, fiel amigo, com o pedido no sentido de que ele intercedesse junto a alguma editora para a publicação aqui no Rio. Diante de algumas tentativas infrutíferas, Salles pediu ao crítico José Veríssimo, no começo do século XX, que publicasse o livro de Oliveira Paiva, em capítulos, na Revista Brasileira, então dirigida por aquele escritor paraense. Essa forma de publicação ocorrera na fase anterior da prestigiosa revista, quando dirigida por Franklin Távora, tendo este, inclusive, publicado, em capítulos, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

José Veríssimo aceitou o pedido e começou a publicar o livro. No quarto capítulo, porém, a Revista Brasileira, sem conseguir superar as dificuldades editoriais da época, deixou de ser editada, encerrando-se, assim, mais uma das fases vividas por esse longo período das nossas letras, ainda hoje viva, em sua sétima fase, sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras.

Antonio Salles não desistiu de tentar junto a outras editoras a edição de *Dona Guidinha do Poço*, mas sem resultado positivo. Ao cair enfermo, em 1940, Salles, talvez por pressentir o seu fim, remeteu, por carta, os originais do livro a Américo Facó, na qual pedia ao amigo:

“Faça o que eu não pude: torne livro algum dia o texto completo de Oliveira Paiva.”

Américo Facó, por sua vez, guardou zelosamente os originais de *Dona Guidinha do Poço*, mas não teve melhor sorte do que Antonio Salles, pois não encontrava editor para o livro. Foi preciso um golpe de sorte: Lúcia Miguel-Pereira, biógrafa e historiadora da Literatura Brasileira, ao escrever o livro *Prosa de Ficção (De 1870 a 1920)*, tomara conhecimento que a Revista Brasileira publicara alguns capítulos do livro, mas não sabia onde ou com quem estavam os originais. Um dia, por acaso, ela, sem o querer, deu com eles. Assim, Lúcia Miguel-Pereira narrou o encontro:

“Eis senão quando, inesperadamente, num providencial encontro em casa de um amigo comum, disse-me Américo Facó estar de posse dos originais completos de *D. Guidinha do Poço*, que lhe haviam sido entregues por Antonio Salles. Procurara-os tanto, sem imaginar que andavam em mãos tão próximas, e tão próprias para acolhê-los, sendo as de um cearense, um poeta e um letrado. Por sua vez, nada soubera Facó de minhas buscas. Não me contive que não fosse imediatamente ver o livro, não levasse comigo, não lesse logo até a última palavra, com o mesmo encanto.” (p. 445).

Apesar disso, Lúcia Miguel-Pereira não logrou encontrar editor. Só após algumas tentativas viu o livro publicado pelo decisivo empenho do escritor Mário da Silva Brito, que recomendou o livro à editora Saraiva, em 1952.

Assim, depois de 60 anos, os originais de Manuel de Oliveira Paiva viravam livro e ganhavam lugar definitivo no âmbito das letras brasileiras. Da noite para o dia o autor de *Dona Guidinha do Poço* conquistava merecido lugar ao lado de figuras como José de Alencar, Franklin Távora, Alfredo Taunay, Afonso Arinos, o velho, entre outros. Aliás, nada lhes devendo, apesar de ter escrito apenas dois romances.

A glória póstuma vivida por Manuel de Oliveira Paiva, desde a década de 1950, de certa forma, desmente aquela ideia bem escrita e ordenada pela pena de Shakespeare, referida no começo dessas breves considerações: “A glória é como um círculo na água, que nunca termina de alargar-se, até que a força de dilatar-se se perda no nada”.

Manuel de Oliveira Paiva, por força do romance *Dona Guidinha do Poço*, jamais se perderá no “nada”. Ao contrário, terá, sempre, lugar garantido em todos os cenários traçados por aqueles que se debruçam, como autores ou leitores, sobre a história de nossa literatura.

Esse tributo, em grande medida, justiça se faça, deve-se ao faro crítico da escritora Lúcia Miguel-Pereira que, além de ter descoberto o livro *Casa Velha*, de Machado de Assis, praticamente dado como perdido, também encontrou e trouxe à luz *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva.

